



O Brasil de Fato na Marcha da Liberdade e Jornada Nacional pela Reforma Agrária¹

Priscila Santana Caldeira²

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Bauru

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar a cobertura do *Brasil de Fato* na Marcha da Liberdade e na Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. O recorte é de 19 de maio a 20 de junho de 2011 na manifestação pela liberdade de expressão e, de 22 a 29 de agosto para as reivindicações do MST. Utiliza-se a análise de conteúdo, com a verificação do tipo de fontes e quantidade consultada. Em ambas as coberturas constatam-se “voz” atribuída aos setores militantes da sociedade e atores individuais, que passam a ter espaço no cenário político. Com isso, o jornal *Brasil de Fato* se constitui como um veículo alternativo, pois dá visibilidade a outros sujeitos coletivos no processo histórico.

PALAVRAS-CHAVE: mídia alternativa; mobilizações sociais; esfera pública.

1. Introdução

Este artigo científico apresenta como tema a imprensa alternativa e mobilizações sociais. Para tanto, o objeto de análise é a cobertura da Marcha da Liberdade e da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária pelo veículo de proposta alternativa *Brasil de Fato*. Surgido em 2003 durante a 3ª edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, teve o intuito de nascer aliado aos movimentos sociais de esquerda.

Neste trabalho são utilizados os conceitos de mídia alternativa elaborados por John Downing e Chris Atton. Também se permeia a definição de hegemonia por Gramsci a fim de elucidar o campo de batalha existente entre o jornalismo alternativo e a grande mídia. Reconhece-se, pois, a influência dos grandes conglomerados de comunicação nas decisões desta última. Aqui esta consideração é ponto de partida para utilizar os “filtros” apontados por Noam Chomsky e Edward Herman (2003) pelos quais passa a construção da notícia na grande mídia. Como o objetivo deste trabalho é verificar a cobertura de um jornal alternativo de

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. Inicialmente apresentado como TCC da Especialização em Mídia, Informação e Cultura do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC/ ECA – USP) em 2012, hospedado em <http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/320-999-1-PB.pdf>.

² Jornalista graduada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), pós-graduada em Mídia, Informação e Cultura pelo CELACC/ECA-USP e mestranda em Comunicação pela FAAC/Unesp. Email: priscila.uepg@gmail.com



abrangência nacional, a utilização de dois desses filtros – fontes e postura ideológica – auxilia na compreensão dos mecanismos de funcionamento da radicalidade de uma mídia.

A hipótese norteadora se situa na existência de uma esfera pública alternativa³ no *Brasil de Fato*. Acredita-se que o veículo, como imprensa alternativa, oferece possibilidades de dar voz aos movimentos sociais e manifestações coletivas da sociedade civil. Isso se dá pela forma de construção da notícia, que, baseada na visão dos integrantes do movimento contemplaria os “reais” motivos de sua resistência e a vontade de transformação social.

A estratégia metodológica empregada é a análise de conteúdo, tendo em vista a sistematicidade dos procedimentos aplicados sobre as coberturas aqui estudadas. O método é baseado na concepção de Bardin (apud FONSECA JUNIOR, 2006) para a verificação dos tipos de fontes utilizados pelo jornal alternativo.

2. Conceituação de mídia alternativa

A monopolização da estrutura midiática exerce influência na construção da notícia. Os pensadores norte-americanos Noam Chomsky e Edward Herman (2003) listaram cinco filtros através dos quais a notícia é construída na grande mídia. São eles: porte e propriedade dos meios de comunicação, propaganda, fontes, bateria de reações negativas e ideologia do anticomunismo. Esses fatores estruturais, apontados pelos autores, exercem interferência nos meios de comunicação de massa, que serviria os interesses dos seus financiadores. Porém, a política da mídia permite um grau de dissensão, apesar de não ser grande o suficiente para interferir na agenda oficial. (CHOMSKY, 2003).

Nesse sentido, a batalha

na esfera pública tende a caminhar de uma disputa por hegemonia para uma batalha de interesses negociados que, inclusive, contamina o próprio ethos de alguns profissionais de comunicação, que se vêem colocados muito mais como estrategistas de mercado do que como operadores simbólicos. (OLIVEIRA, 2009b: p. 3).

Walter Lippmann (2008) na obra “Opinião Pública” afirma que o cidadão pode conhecer o mundo real apenas por meio da mídia. Para ele, a elite utiliza dos meios de comunicação para manipular a opinião pública, já que o autor não considera um intermediário

³ Este conceito/eixo teórico foi empregado pelo pesquisador britânico John Downing para expressar o papel da mídia radical no estímulo do debate. “Öffentlichkeit – uma vez redefinido em termos de esfera pública alternativa ou contra-esfera pública (Fraser), de fóruns que oferecem aos movimentos a oportunidade de conversar entre suas divisões internas e assim enriquecer-se e fortalecer-se” (DOWNING, 2002, p.71)



entre a elite produtora das mensagens e a massa. Segundo Oliveira (2009b: p. 4), os meios de comunicação, “em particular o jornalismo, para Lippmann, têm o papel institucional de servir como ‘timoneiros’ da sociedade”.

Conforme o autor, o problema “é que esses tais ‘timoneiros’, longe das preocupações estratégicas de conduzir a sociedade pelo mar de conhecimento, comportam-se nesse novo contexto da indústria midiática como agentes imediatos do mercado financeiro”. (OLIVEIRA, 2009b: p. 4).

De acordo com Moraes (2010: p. 188), a grande mídia fabrica o consenso, de modo a insistir que não há saída fora dos pressupostos neoliberais. “No reinado neoliberal, ocorre um processo brutal de desregulamentação, de depreciação do papel do Estado como âmbito de representação pública, de esvaziamento da sociedade civil e de enfraquecimento dos laços comunitários”. (MORAES, 2010: p. 193).

A fim de propor uma reconstrução da esfera pública, o jornalismo alternativo apresenta uma perspectiva a partir dos valores “da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos”. (OLIVEIRA, 2009b: p. 6). Segundo o autor, não se trata apenas de defender os valores da democracia institucional, mas que rompe com o cerco da agenda de fontes oficiais, “pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor”.

Com o intuito de transformar a sociedade, os grupos de oposição fazem a utilização dessa mídia, de modo a desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico. O conceito de hegemonia introduzido por Antonio Gramsci (apud COUTINHO, 1999) vai além do de cultura que se constitui da visão de mundo da sociedade de uma época, por indagar sobre as relações de poder, e ultrapassa o conceito de ideologia – concebida como sistema de representações, normas e valores da classe dominante –, porque envolve um processo social vivo, no qual as representações se organizam por meio de práticas sociais dominantes.

“Uma característica básica do conceito gramsciano de hegemonia é a afirmação de que, numa relação hegemônica, expressa-se sempre uma prioridade da vontade geral sobre a vontade singular, ou, em outras palavras, do interesse comum sobre o interesse privado”. (COUTINHO, 1999: p. 225).

Para Gramsci, ao “intelectual orgânico” cabe construir visões de mundo diferenciadas das elites dominantes. Por isso, assumirá um destacado papel na formação e construção do



partido político. “Todos os membros de um partido devem ser considerados intelectuais”, diz Gramsci; e isso não pelo nível de sua erudição, mas pela função que exercem por meio do partido, função ‘que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual’”. (COUTINHO, 1999: p. 174).

Fazendo um paralelo com John Downing (2002), essa figura seria interpretada como o comunicador/ativista que estaria integrado às classes subalternas para fomentar uma contra-hegemonia, conceito referente à categorização de tentativas de superação da hegemonia e construção de uma proposta alternativa em relação àquelas ligadas ao bloco histórico dominante.

A comunicação entre pessoas ativas se constitui como peça fundamental da mídia radical, que é a alternativa para romper com a lógica midiática hegemônica. Essa mídia é, em geral, “de pequena escala e sob muitas formas diferentes que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. (DOWNING, 2002: p. 21).

No entanto, John Downing deixa claro que existem manifestações de mídia radical que levam a sociedade a retroceder, como as do tipo fundamentalista, racista ou fascista, que representam forças negativas.

A audiência ativa oferece sustentação à mídia radical alternativa pelo fato de ser configurada por emissores e receptores, ao mesmo tempo, das mensagens midiáticas. A consideração de que os espaços de discussão acontecem de forma ampliada e que a produção midiática (mídia tomada em seu sentido amplo) é aberta a membros da sociedade, indica a existência de novos “protagonismos” de mídia. A presença da tecnologia tem contribuído com o novo processo de construção e produção, que coloca o cidadão como sujeito participante e, conseqüentemente, estimula uma interação entre artistas e produtores de mídia alternativa.

No entanto, o número de inserções de mensagens não se configura como objetivo para os grupos de oposição. O que interessa para eles é o impacto que o conteúdo veiculado irá causar, já que nem sempre estão na agenda das grandes corporações de comunicação. O ativista teria por objetivo criar formas participativas de gestão da informação e de formação política, no que se refere à articulação de estratégias de comunicação alternativa nas lutas que desenvolvem.

Chris Atton (2001) afirma que a mídia alternativa não se expressa apenas pela forma diferenciada de produção e distribuição. Sua radicalidade pode ser interrogada pelo caráter multidimensional, sendo uma perspectiva que privilegia a sobreposição e intersecção de



dimensões. O jornalismo alternativo rompe com a lógica de que o receptor seja um mero consumidor das mensagens.

Nesse sentido, as chamadas minorias passam a adquirir “voz”. Segundo Raquel Paiva (2005: p. 1), uma das características de uma minoria é a luta contra-hegemônica, “pois uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, embora em princípio sem objetivo de tomada do poder pelas armas”. Esses setores buscam inserir suas informações nas mídias hegemônicas, de modo a expressar suas visões à opinião pública.

No momento em que se amplia a comunicação, o debate e a conversa pública sobre temas, a mídia radical abre espaço para que a diversidade cultural se expresse livremente. Nesse sentido, a partir de referências da cultura popular se constrói uma esfera pública radical, que tem a informação e o estímulo do debate como essência.

Diante da exposição de que a esfera pública alimenta a mídia alternativa e é alimentada por ela, e do fato de a produção midiática (no sentido amplo, como defende Downing) não ser tarefa pontual de alguns “membros” da sociedade, leva-se a crer que outro terreno de relação social está sendo construído. A existência de uma audiência ativa não só modifica a relação de monopólio da informação, quando se trata de profissionais da mídia, mas também amplia a concepção para a formação de novos “protagonismos” midiáticos.

“A importância do processo de produção tanto quanto ao produto final reside no fato da experiência de jornalismo alternativo não ser apenas uma transmissão de conteúdos alternativos, mas também a apresentação de novas possibilidades de ambiências”. (OLIVEIRA, 2009b: p. 7). O jornalismo alternativo se define tanto pelo *processo* como pelo *produto* (ATTON, 2001, apud OLIVEIRA, 2009a: p. 8), não apenas por uma expressão formal.

Nesse sentido, o objeto de análise deste trabalho é o jornal alternativo de circulação nacional, *Brasil de Fato*, que surgiu vinculado a movimentos sociais.

2.1 Brasil de Fato: contextualização histórica

O surgimento do Brasil de Fato remete à terceira edição do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS), no ano de 2003. Sua fundação foi baseada na ideia de representar a visão dos movimentos sociais de esquerda. (VENANCIO, 2009).

(...) O Brasil de Fato representa sim a perspectiva dos movimentos sociais, tornando-se não um órgão oficial de algum movimento, mas sim uma



‘imprensa como movimento social’ – uma adaptação necessária ao termo ‘imprensa como partido político’ para dar precisão no caso Brasil de Fato – que dá visibilidade e defende pautas relacionadas aos movimentos sociais de esquerda. (VENANCIO, 2009: p. 116).

A proposta do veículo é atuar “no debate de idéias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais”. (QUEM SOMOS... [201-]). Com periodicidade semanal e circulação nacional, está vinculado a movimentos sociais como o MST, a Via Campesina e a Consulta Popular.

De acordo com Venancio (2009: p. 117), a identificação que os movimentos têm com o jornal acontece pelo fato de o sentirem como “instrumento de construção de um fórum de esquerda dentro da esfera pública”.

O autor (2009: p. 115) aponta também a ligação da proposta editorial do periódico à veiculação de publicidade de origem privada ou estatal. “Assim, veiculando publicidade proveniente de movimentos sociais ou governos de esquerda, o Brasil de Fato mostra um caráter de classe que condiz tanto com sua imagem de plataforma dos movimentos sociais quanto com o jornalismo praticado pelo seu jornal”.

A linha editorial do veículo reflete, assim, as funções de organizador coletivo e de instrumento para construção de uma sociedade futura, onde transmite sua visão popular do Brasil e do mundo – como define o slogan.

O início das atividades do veículo foi marcado por dificuldades quanto à viabilização das edições, devido à vendagem de assinaturas e arrecadação de fundos. De acordo com Moura (2009), em março de 2003, diante do boicote de empresas contratadas para a distribuição, os administradores do *Brasil de Fato* começam a procurar alternativas.

Nas palavras da autora:

O período que incorpora os anos de 2004 a 2006 foi o de maior dificuldade para o Brasil de Fato. O jornal enfrentou uma queda de faturamento e quase foi obrigado a encerrar suas atividades. Em junho de 2004, a equipe foi forçada a reduzir os custos de operação do jornal para 80 mil reais mensais. Em agosto, sua tiragem caiu para cinco mil exemplares e os custos passaram a ser de 62 mil reais mensais, sendo que para isso o jornal foi obrigado a demitir funcionários, fechando o ano com um quadro de quatro mil assinantes, quando a meta a atingir era de dez mil, e sete mil exemplares de tiragem. (MOURA, 2009: p. 7).

Para a manutenção das edições impressas, em abril de 2006, o caminho adotado pelo veículo foi a redução do número de páginas de 16 para oito. (MOURA, 2009). Devido a essas



dificuldades, o projeto editorial do veículo foi mudando sua forma, caracterizando-se mais no direcionamento aos movimentos sociais do que para a sociedade de maneira ampliada. Conforme Moura (2009: p. 10), essa mudança mostra o abandono da perspectiva de se tornar um jornal diário, “concorrente direto dos grandes jornais comerciais, e o direcionamento de seu projeto para algo mais próximo dos movimentos sociais, um jornal que fale para a militância e a subsidie com elementos para formação”.

3. Movimentos sociais e ações coletivas

O conceito de movimento social refere-se à participação social que

demanda do Estado a efetivação dos direitos sociais, políticos e civis. Empiricamente, é visível no conjunto de manifestações coletivas organizadas, com duração de tempo significativo, um determinado Estado, ou mesmo ações coletivas de caráter global, a exemplo do Fórum Social Mundial. (SOUZA, 2008: p. 9).

A atuação dos movimentos sociais ocorre em diversas esferas, inclusive na mídia. As rádios comunitárias, jornais populares, panfletos, pôsteres e instalações artísticas são utilizados pelas classes subalternas na construção de novos saberes. Esses setores buscam inserir suas informações nas mídias hegemônicas, de modo a expressar suas visões à opinião pública.

A busca por mudança é característica do movimento social, que se une aos outros por meio de ações que têm como foco a transformação do contrato social e a busca por identidade coletiva. O movimento social também acaba por construir outra esfera pública – fluxo de informação e relações comunicativas –, se configurando como um instrumento de comunicação. Dessa forma, a relação da mídia radical com os movimentos sociais caracteriza-se por forte interdependência dialética.

Para Arato e Cohen (apud DOWNING, 2002), no período contemporâneo, os movimentos sociais constituem o que eles denominam esfera pública, cuja essência é a informação, o debate e a conversa pública sobre os temas do momento.

As redes de comunicação assumem importância para fundamentar a esfera pública alternativa, além do fato de construir as bases dos movimentos sociais. O surgimento da esfera pública alternativa acontece quando a cultura hegemônica não mais oferece respostas suficientes para os dilemas atuais.



A habilidade em realizar alianças, de se inserir em redes, de realizar parcerias, de articular-se com outros movimentos com princípios e valores similares, e outras ações expressas no agir político de um movimento demarca, profundamente, sua capacidade de transformar atores sociais em sujeitos sociopolíticos, coletivos, construtores de suas histórias. É no agir político que podemos observar o projeto político que fundamenta o movimento ou a ação coletiva de um grupo. (GOHN, 2008: p. 38).

De acordo com a autora, o desejo de mudança e transformação social é formatado nos projetos políticos, os quais se configuram como metas a serem atingidas por um movimento. Moraes (2010: p. 210) aponta que um dos caminhos para a mundialização das lutas sociais é a expansão de redes que façam a ligação de visões de mundo e “dêem ressonância a campanhas em prol da democratização da esfera pública”.

O conceito de rede, segundo o autor, iria diluir a hierarquização do poder entre os participantes e institui relações mais horizontalizadas.

3.1 Contextualização da Marcha da Liberdade e Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária

A Marcha da Liberdade é uma manifestação que reúne grupos, partidos, blocos, bandos, correntes e associações de bairros com o objetivo de lutar pela liberdade de expressão. A rede é organizada de forma horizontal, autônoma e livre. “Acreditamos que a liberdade de expressão seja a base de todas as outras: de credo, de assembléia, de posições políticas, de orientação sexual, de ir e vir. De resistir. Nossa liberdade é contra a ordem enquanto a ordem for contra a liberdade”. (MANIFESTO DA #... [2011]).

De acordo com o movimento, seus princípios se pautam pela liberdade de organização e expressão, posiciona-se contra a repressão e violência policial em qualquer âmbito da sociedade, e contra o conservadorismo que pauta o judiciário e o Estado. (MANIFESTO DA #... [2011]).

As manifestações da marcha ocorreram nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Porém, a presente pesquisa se ateve nas Marchas da Liberdade da capital paulista, realizadas em 21 de maio e no dia 18 de junho. O período de análise é de 19 de maio a 20 de junho, pois compreende a ocasião em que a marcha foi reprimida por policiais militares (EM REAÇÃO CONTRÁRIA ... [2011]), e se estende depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em liberar as manifestações pela legalização das drogas.



Outra manifestação foco de análise deste trabalho é a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, promovida pelo MST em todo o país. A manifestação é realizada em memória aos 21 sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás durante operação da Polícia Militar, em 17 de abril de 1996. “A data é Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de proposta da então senadora Marina Silva”. (JORNADA NACIONAL ... [2011]).

As lutas servem de reivindicação para cobrança de medidas de curto, médio e longo prazo para o assentamento de famílias. Nesse sentido, conforme texto do site do MST, são exigidos quatro eixos. O primeiro diz respeito a um plano emergencial para assentar 100 mil famílias até o final de 2011. “Temos famílias acampadas há mais de cinco anos, vivendo em situação bastante difícil à beira de estradas e em áreas ocupadas, que são vítimas da violência do latifúndio e do agronegócio”. (JORNADA NACIONAL ... [2011]). A segunda medida é a apresentação de um plano de metas pelo governo federal de assentamentos em áreas desapropriadas até 2014.

Como terceira exigência, o MST propõe a criação de um programa de desenvolvimento de assentamentos, que terá investimentos públicos, crédito agrícola, habitação rural, educação e saúde. (JORNADA NACIONAL ... [2011]).

Para a quarta e última medida é proposto um programa de combate ao analfabetismo, políticas para a formação de professores no meio rural e construção de escolas nos assentamentos.

4. Metodologia e trabalho de campo

O objeto da presente pesquisa é a cobertura feita pelo jornal *Brasil de Fato* na manifestação da Marcha Nacional da Liberdade, ocorrida em 21 de maio de 2011 e em 18 de junho em São Paulo, e a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, realizada entre 22 e 27 de agosto de 2011.

A metodologia utilizada no artigo científico é a análise de conteúdo (AC), conforme as proposições de Bardin (1988 apud FONSECA JÚNIOR, 2006). Segundo ela, com a utilização da AC é possível desvelar elementos ocultos para abstrair a mensagem do conteúdo. Refere-se a um método das ciências humanas e sociais voltado “à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa”. (FONSECA JÚNIOR, 2006: p. 280). Conforme citação do autor:



A análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar às mesmas conclusões. (LOZANO apud FONSECA JÚNIOR, 2006).

A Marcha da Liberdade realizada na cidade de São Paulo é analisada devido ao fato de ter reunido 2 mil manifestantes. Outras cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Brasília também foram palco da marcha. O período de observação tem início em 19 de maio, dois dias antes da primeira manifestação do ano reprimida por policiais, e se estende até 20 de junho, data posterior à manifestação pública da Marcha da Liberdade depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em liberar as manifestações pela legalização das drogas.

Outra cobertura foco de atenção neste trabalho é a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, realizada de 22 a 27 de agosto de 2011. O recorte da análise compreende os textos referentes à temática entre os dias 22 e 29 desse mês.

São analisados os filtros do tipo de fontes para averiguar a natureza das que foram consultadas nas coberturas e o filtro ideológico, que possibilita verificar uma postura não mercantilizada e contra-hegemônica do Brasil de Fato. Também com os dados obtidos, verifica-se se houve ou não relação da postura ideológica do veículo com a utilização de fontes.

4.1 Análise empírica da cobertura

Para basear a análise dos tipos de fontes consultadas na cobertura das manifestações, utiliza-se a caracterização de Molotch e Lester (1978, apud CALDEIRA, 2008). Os autores identificam três categorias: no primeiro grupo estão as fontes oficiais ou habituais, que têm acesso “garantido” na mídia pela proximidade com as instâncias de decisão, como as autoridades políticas, culturais e econômicas.

No segundo, as fontes disruptivas sociais, que incluem todas as que promovem manifestações ou mobilizações sociais para se destacar e ganhar espaço no noticiário. Já o terceiro grupo denominado de acesso direto, se refere aos próprios jornalistas que criam as necessidades de acontecimentos conforme a ocasião, “como por exemplo, transformar em pauta a mudança gráfica do jornal ou um evento de promoção do próprio veículo”. (PELLEGRINI, 2008: p. 284).



Neste artigo, a classificação das fontes é atribuída a apenas duas categorias, em oficial/habitual e disruptiva social. Dentro do recorte proposto, o universo pesquisado compreende sete textos noticiosos referentes à Marcha da Liberdade e seis sobre a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária.

Na cobertura da Marcha da Liberdade, as três fontes oficiais utilizadas foram um desembargador, ministro e capitão da Polícia Militar (Vide apêndice página 25). Já militantes e organizadores da manifestação, integrantes de movimentos sociais como Organização Popular Aymerê e da Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI), e membros da sociedade civil se enquadram no tipo disruptiva.

As fontes oficiais consultadas na Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária foram pessoas que ocupam cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), deputados, Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República e artigo da Constituição de 1934. Já as classificadas como disruptivas sociais fazem parte da coordenação de movimentos, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), Federação Nacional dos Petroleiros e Sindicato dos Petroleiros (Sindpetro-RJ).

A tabela abaixo mostra o tipo de fontes e a respectiva quantidade em cada manifestação foco de análise.

Tabela 1- Tipologia de fontes das coberturas

Manifestações	Tipo de fonte	Frequência	Percentual
Marcha da Liberdade	Oficial/Habitual	4	20
	Disruptiva social	16	80
	TOTAL	20	100
Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária	Oficial/Habitual	6	35,3
	Disruptiva social	11	64,7
	TOTAL	17	100

As matérias do *Brasil de Fato* referentes às manifestações da Marcha da Liberdade apresentam 20 fontes consultadas, sendo 16 delas disruptivas sociais. O percentual corresponde a 80% do número total de entrevistados.

Já na cobertura da Jornada Nacional pela Reforma Agrária, a utilização das disruptivas sociais apresenta menor diferença com relação à consulta de fontes oficiais. Em seis textos analisados e 17 fontes no total, 11 são disruptivas, o que representa 64,7%.

Por este aspecto, a análise dessas duas coberturas pelo *Brasil de Fato* mostra que a relação fonte oficial e disruptiva apresentou-se mais próxima quanto à quantidade consultada, na Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. Enquanto na Marcha da Liberdade 20% de fontes oficiais foram ouvidas, o percentual registrado na Jornada foi de 35,3%.

Esse dado explica a vinculação do tema ao governo federal, por se tratar de reivindicações de Reforma Agrária. No texto “MST ocupa área grilada da Cutrale” (Vide anexo B, página 46), a consulta feita a ministros e pessoas que ocupam cargos no Incra pretende reforçar a origem (pública) de áreas ocupadas indevidamente por empresas e mostrar as ações realizadas por integrantes do MST.

Na tabela a seguir, é possível constatar o número de fontes consultadas em cada cobertura e a classificação conforme a tipologia.

Tabela 2 – Número e tipo de fonte por texto (Marcha da Liberdade)

Marcha da Liberdade	Fonte			
	Número de fonte(s)	Oficial/Habitual	Disruptiva social	Número de citações da primeira fonte ⁴
Títulos dos textos noticiosos				
Manifestantes marcharão em cinco cidades nesse final de semana	1	-	1	2
PM reprime marcha da	4	3	1	1

⁴ Entende-se aqui como a quantidade de declarações da primeira fonte utilizadas no texto jornalístico.



maconha com violência				
Em reação contrária à repressão, movimentos chamam para a 1ª Marcha da Liberdade	-	-	-	-
Marchas reprimidas se transformam em marchas pela liberdade	6	-	6	1
Militantes comemoram decisão do STF de liberar marchas da maconha	2	1	1	2
Manifestação em São Paulo reúne mais de 3 mil	1	-	1	1
Marchantes pedem por liberdades	6	-	6	1

A quantidade de fontes e a classificação por matéria mostram a predominância da consulta ao tipo disruptiva social. O dado reforça a linha editorial e postura política do *Brasil de Fato* por dar “voz” aos militantes da Marcha da Liberdade, em detrimento de fontes oficiais com posição contrária à mobilização.

Apenas no texto jornalístico “PM reprime marcha da maconha com violência”, a utilização de fonte oficial teve número superior à disruptiva social: três citadas contra uma. O texto aponta o motivo da repressão à marcha, a declaração do relator do processo, a opinião de uma das organizadoras da manifestação, e encerra com a informação do Grupo de Atuação Especial de Repressão e Prevenção aos Crimes Previstos na Lei Antitóxicos (Gaerpa) sobre orientação aos manifestantes.

Por meio da coluna “número de citações da primeira fonte”, observa-se que dois textos jornalísticos da cobertura fazem menção dupla à fonte disruptiva. Em: “Manifestantes marcharão em cinco cidades nesse final de semana”, há duas declarações do militante da marcha. O mesmo ocorre na matéria “Militantes comemoram decisão do STF de liberar marchas da maconha”. Esse aspecto confirma o espaço atribuído à resistência e lutas sociais.

A própria ação dos grupos é explicitada nos títulos da cobertura, os quais apresentam como sujeito os manifestantes, militantes, marchantes, movimentos e manifestações. Sua identificação “ativa” logo no início da matéria pode revelar a preferência dada pelo veículo ao tipo de fonte disruptiva.

Na sequência, a tabela 3 apresenta a quantidade de fontes por matéria, o tipo consultado (se oficial ou disruptiva) e o número de citações da primeira fonte.

Tabela 3 – Número e tipo de fontes por texto (Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária)

Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária	Fonte			
	Títulos dos textos noticiosos	Número de fonte(s)	Oficial/Habitual	Disruptiva social
MST ocupa área grilada da Cutrale	1	1	-	1
Via Campesina ocupa ministério da Fazenda em Brasília	2	-	2	1
Audiência sobre luta pelo petróleo lota Câmara dos Deputados	6	3	3	1
Ocupar o latifúndio do saber	1	-	1	1
Povo Pataxó Hã Hã Hãe reivindica retirada de invasores	5	1	4	2
Reforma agrária na pauta central do governo	2	1	1	1

No total, seis textos jornalísticos fizeram parte da cobertura. Em três notícias sobre a Jornada Nacional pela Reforma Agrária há predomínio da classificação disruptiva. Já em



duas, nas matérias “Reforma agrária na pauta central do governo” e “Audiência sobre luta pelo petróleo lota Câmara dos Deputados”, cada tipo de fonte é consultada de forma igual.

Com relação ao número de citações da primeira fonte do texto jornalístico, apenas uma matéria registra a menção dupla. A intitulada “Povo Pataxó Hã Hã Hã reivindica retirada de invasores” traz a fala de um cacique pertencente ao povo Pataxó. A reivindicação diz respeito à votação pela anulação de títulos das mãos de latifundiários.

5. Considerações Finais

Com base no *corpus* analisado, constata-se que o Brasil de Fato caracteriza-se por ser uma “imprensa como movimento social”, já definido por Venancio (2009: p. 116). A preferência na utilização de fontes disruptivas, apontadas aqui como aquelas que representam setores militantes da sociedade e que promovem manifestações sociais, elucida a postura do veículo alternativo na visibilidade atribuída aos movimentos sociais.

À medida que o jornal oferece “voz” a esta parcela por meio da tônica do discurso e estruturação da pauta, coloca no cenário político outros atores individuais e sujeitos coletivos. Para o periódico, a conjuntura se move a partir do movimento social, valorizando-o como parte do processo. O que na grande mídia tem caráter disfuncional, aqui é atribuído uma dimensão de sujeito político.

As fontes oficiais não são o foco do Brasil de Fato, mesmo que estas possam exprimir um pensamento progressista relacionado às causas dos movimentos sociais. O jornal não tem vinculação orgânica partidária, ou seja, não é porta-voz de partido político, visto que os sujeitos de fala são pessoas que atuam em movimento social e não partidos enquanto organizações.

Ao cumprir uma agenda mínima de movimentos sociais e manifestações da sociedade civil, ressignifica as ações desses grupos como atitudes políticas. Coloca-se, pois, em posição contrária à grande mídia que restringe essa atuação às disputas formalizadas pelo aparelho de Estado.

Nesse sentido, a esfera ideológica assume caráter de destaque em detrimento da mercantil e, com isso, a possibilidade de reestruturação da esfera pública é potencializada. As fontes consultadas nas coberturas da Marcha da Liberdade e da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, desta forma, apresentam relação direta com a postura do jornal que, ao



mostrar autonomia diante da mídia hegemônica, uma vez que faz a cobertura de grupos que estão à margem do neoliberalismo, contribui para a democracia.

O comprometimento com temas negligenciados pela grande mídia e o “estímulo” a reivindicações sociais posiciona o veículo frente à disputa por hegemonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTON, Chris. **Alternative media**. London: Sage, 2001.

BRASIL DE FATO. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL DE FATO. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6559>>. Acesso em: 04. Abr. 2015.

CALDEIRA, Priscila Santana. A violência nas "capas" dos jornais diários brasileiros. Revista LEVS, São Paulo, v.2, n. 2, p. 20 - 29, 2008. Disponível em: <http://www.levs.marilia.unesp.br/revistalevs/edicao2/Autores/priscila_santana.htm>. Acesso em: 04 abr. 2015.

CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia**: os espetaculares feitos da propaganda. 1ª ed. Graphia, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical** - Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. 2ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

EM REAÇÃO contrária à repressão, Movimentos chamam para 1ª Marcha da Liberdade. **Brasil de Fato**, São Paulo, 24 maio 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6416>>. Acesso em 04 abr. 2015.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-304.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **O protagonismo da sociedade civil** – movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. 2ª ed.



São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, Abril de 2006.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**; tradução Bazán Tecnologia e linguística. São Paulo: Futura, 2003.

JORNADA NACIONAL DE LUTAS 2011. Disponível em: <http://www.enff.org.br/Jornada-Nacional-de-Lutas-pela-reforma-agraria-2011>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANIFESTAÇÃO em São Paulo reúne mais de 3 mil. **Brasil de Fato**. São Paulo, 18 jun 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6614>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

MANIFESTO DA #MARCHADALIBERDADE E AS MARCHAS PELO BRASIL. [São Paulo]. [2011]. Disponível em: <<http://www.pco.org.br/movimento-estudantil/marcha-da-liberdade-ocorrer-em-mais-de-30-cidades-no-prximo-sbado/zpbo,b.html>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

MANSUR, Vinicius. Ocupar o latifúndio do saber. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/7312>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

MANSUR, Vinicius. Reforma Agrária na pauta central do governo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 ago. 2011. Disponível em: <<http://brasildefato.com.br/node/7329>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

MOURA, Ana Maria Straube de Assis. **O jornal Brasil de Fato: a construção de um meio de comunicação popular**. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/ana_maria_straube_de_assis_moura.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2015.

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MST ocupa área grilada da Cutrale. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/7211>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

OLIVEIRA, Dennis de. Conceitos de Jornalismo Popular e Alternativo. In: **I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo**. Revista Alterjor. São Paulo: CJE-ECA, 2009ª.



Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/Apostila_ICursoDifusao.pdf>. Acesso em 04 abr. 2015.

OLIVEIRA, Dennis. **Jornalismo alternativo: o utopismo iconoclasta** (Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de Jornalismo – SBPJor). São Paulo: ECA/USP, 2009b. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/dennis_de_oliveira.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2015.

OLIVEIRA, Denis (Org.). **Manual de Metodologia da Pesquisa de Bens Simbólicos**. São Paulo: CELACC, 2009.

PAIVA, Raquel. **Cinco anos de pesquisa em Comunicação e Cultura de Minorias**, 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0665-1.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

PELLEGRINI, Paulo Augusto Emery Sachse. A atuação das fontes na construção do discurso jornalístico. **Revista Cambiassu**, São Luís 269-288, jan/dez 2008. Disponível em: http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2008/paulo.pdf. Acesso em: 04 abr. 2015.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PM reprime marcha da maconha com violência. **Brasil de Fato**, São Paulo, 21 maio 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6387>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

QUEM SOMOS. [São Paulo]. [200-]. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

SANTANA, Renato. Povo Pataxó Hã Hã Hã reivindica retirada de invasores. **Brasil de Fato**, São Paulo, 26 ago. 2011. Disponível em: <<http://brasildefato.com.br/node/7324>>. Acesso em 04 abr. 2015.

SCARSO, Aline. Manifestantes marcharão em cinco cidades nesse final de semana. **Brasil de Fato**, São Paulo, 19 maio 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6373>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

SCARSO, Aline. Marchantes pedem por liberdades. **Brasil de Fato**, São Paulo, 20 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6622>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

SCARSO, Aline. Marchas reprimidas se transformam em marchas pela Liberdade. **Brasil de Fato**, São Paulo, 15 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6593>>. Acesso em 04 abr. 2015.



SCARSO, Aline. Militantes comemoram decisão do STF de liberar marchas da maconha. **Brasil de Fato**, São Paulo, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6603>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

SOUZA, Maria Antonia de. **Movimentos sociais e sociedade civil**. Curitiba. IESDE Brasil S.A., 2008, 164 p.

UCHOAS, Leandro. Audiência sobre luta pelo petróleo lota Câmara dos deputados. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/7313>>. Acesso em: 04. Abr. 2015.

VIA campesina ocupa ministério da fazenda em Brasília. **Brasil de Fato**, São Paulo, 23 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/7216>>. Acesso em: 04 abr. 2011.